

Auditório Municipal de Baião acolheu evento

# I conferência “Responsabilidade das Instituições Públicas e da Família face ao consumo de substâncias ilícitas pelos jovens

A Psicossorrir, Clínica Médica e Terapêutica do Tâmega, organizou, em parceria com a Câmara Municipal de Baião e a Câmara Municipal de Amarante, a I Conferência “Responsabilidade das instituições públicas e da família face ao consumo de substâncias ilícitas pelos jovens”. O evento decorreu no dia 27 fevereiro, no Auditório Municipal de Baião, tendo abordado temas como A visão dos profissionais de saúde face ao consumo de substâncias ilícitas por adolescentes, Responsabilidade e proximidade: a efectivação da Justiça, dos Serviços Sociais e da Educação, e Responsabilidade dos adultos no consumo de droga por adolescentes. Dependências esteve presente no encontro e entrevistou Joana Cardoso, directora da Psicossorrir, e José Pinho Silva, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Baião.

## Joana Cardoso, directora da Psicossorrir



### Que objetivos conduziram à organização desta conferência?

**Joana Cardoso (JC)** – Esta conferência resulta de um desafio feito por três psicólogas e uma terapeuta da fala da equipa Psicossorrir, em torno das necessidades sentidas em termos de consulta e das necessidades sentidas quando articulamos com a rede pública, nomeadamente as escolas, CPCJ, tribunal, tendo a ver com o aumento do número de jovens com consumos que chegam à consulta e acabam por

manifestar algum tipo de pedido de ajuda e de orientação, quer os próprios, quer as famílias.

### Não se resume a Baião o território onde vão detectando essas necessidades...

**JC** – Não... A Clínica Psicossorrir tem sede em Amarante – fizemos este ano 12 anos – e temos uma filial em Marco de Canaveses e outra em Baião.

### Falam aqui na responsabilidade das instituições e das famílias... Parece-lhe haver algum tipo de desresponsabilização face a este fenómeno, particularmente por parte das famílias?

**JC** – Não podemos dizer que as famílias se têm desresponsabilizado mas achamos que há pouca prevenção e sensibilização e que precisamos de mais conferências como esta, de mais ajudas e formação para que possamos tomar as medidas corretas. Estou convicta que, se intervirmos na hora certa, podemos salvar um jovem e uma má medida poderá resultar no inverso...

### Porquê a opção pela incidência temática apenas nas substâncias ilícitas?

**JC** – Foi um início... Preocupam-nos igualmente as substâncias lícitas, nomeadamente os videojogos que surgem cada vez mais no âmbito da consulta e que acarretam outros tipos de problemas; temos o álcool, muito acessível... mas foi um início e creio que resultou numa forma de mexer com mentalidades.

### O que faltará fazer para alertar instituições e família para fenómenos como o crescente consumo de canábis, que frisou igualmente como muito presente nas consultas?

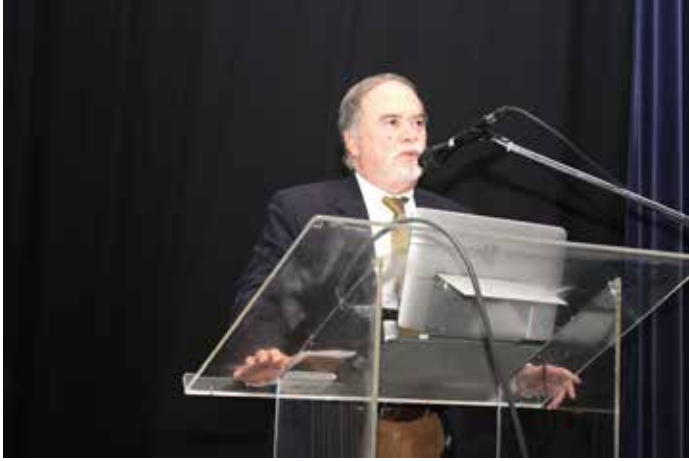
**JC** – Creio que devemos apostar cada vez mais em ações de prevenção e de sensibilização junto das famílias, das escolas e dos profissionais de saúde. Creio que falta formação.

### As redes sociais das autarquias não têm sido suficientes?

**JC** – Não. Nem têm sequer resposta. Por muito que exista uma grande vontade por parte dos municípios com os quais colaboramos, sabemos que estão a ser feitos esforços, existem pedidos de reuniões, existem debates neste sentido... mas não há resposta.



## José Pinho Silva, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Baião



**Referiu que este problema dos CAD é também uma responsabilidade autárquica... Que principais problemáticas enfrenta a autarquia de Baião relativamente ao abuso e dependência de substâncias lícitas e ilícitas?**

**José Pinho Silva (JS)** – Estamos atentos e procuramos, dentro das nossas competências e recursos, dar resposta sobretudo mobilizando um conjunto vasto de IPSS, que estão muito atentas e disponíveis e que têm dado uma resposta muito positiva. Sendo evidente que não somos imunes a algumas destas situações no concelho, diria que se tratam de situações pontuais que, felizmente, são resolvidas logo que são detetadas, o que nos tem permitido ultrapassá-las de uma forma mais preventiva e pedagógica do que propriamente punitiva. Penso que o percurso passa muito pela educação dos jovens e, por isso, estamos a envolver as escolas, os cursos de formação profissional e as IPSS.

**Também falou sobre uma problemática que se cruza com o abuso do álcool, a violência de género... Sendo este um concelho conhecido pela gastronomia e produção vitivinícola, em que medida sentem estes problemas relacionados com o consumo nocivo do álcool?**

**JS** – Existem alguns problemas, não podemos escondê-lo... Naturalmente, tem a ver com uma cultura e os avanços culturais não se fazem por qualquer varinha mágica, têm a ver com um percurso de décadas e, para se podere vencer esse flagelo, é preciso convencer as pessoas e, sem descurar essas situações pontuais que têm que ser acompanhadas e tratadas, apostar nos mais jovens.

**Baião é um concelho com muita juventude e atento à mesma?**

**JS** – É um concelho com alguma juventude... A par de muitos territórios fora dos grandes centros urbanos, somos uma região onde o peso dos mais idosos é absolutamente determinante mas, atentos à nossa juventude, temos por exemplo, no âmbito do tema da violência doméstica e de género, um protocolo com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro de que resulta um projeto designado Violentómetro, ao abrigo do qual as nossas escolas e jovens vão ser monitorizados ao longo do ano por uma equipa especializada da UTAD, com o intuito de diagnosticarmos esta problemática entre os mais jovens.

**Enquanto Vice-Presidente da autarquia de Baião, assume como responsabilidade social e prioridade a satisfação das necessidades básicas da população... Têm conseguido superar esses grandes problemas?**

**JS** – Temos invariavelmente a leitura de que a ação do município deve ser complementar de um esquema que envolve nomeadamente as IPSS. Mas posso dizer que temos áreas de intervenção muito es-

pecíficas: temos um fundo social de Baião para apoiar as famílias mais carenciadas, temos uma unidade móvel de saúde que percorre o concelho para apoiar os idosos com dificuldades de mobilidade e que, em 2018, atendeu cerca de 5800 pessoas. E temos outro projeto muito interessante e que dá uma resposta muito oportuna às necessidades dos mais idosos, a Linha Amiga, em que vamos ao domicílio substituir a torneira, o bidé ou a lâmpada, arranjar a porta...

**Apesar de estar muito próximo do Porto, considera Baião um concelho do interior?**

**JS** – Não alinho nesse discurso... politicamente, pode dar jeito a muita gente considerar que existe interior num país que tem 100 km em linha reta de mar até à fronteira com Espanha e muito menos no novo conceito dos denominados territórios de baixa densidade. Aqui, a baixa densidade significa falta de investimento, algo que se tem verificado ao longo de décadas neste tipo de territórios. Estamos a 45 minutos do centro do Porto e do Aeroporto Sá Carneiro, temos uma qualidade de vida incomparavelmente melhor do que a que existe nesses territórios, temos pavilhão gimnodesportivo, piscina coberta aquecida, três piscinas descobertas, ótimas escolas, uma escola secundária do melhor que há e com bons resultados, uma gastronomia, vinhos e paisagem que atraem milhares de pessoas e, como tal, não há qualquer razão para que estes territórios não sejam atrativos. Precisamos, isso sim, de completar acessibilidades há 20 anos prometidas...

**Em que medida poderá a proposta de descentralização do Governo para os municípios em áreas como a educação e a saúde resolver os problemas com que Baião se depara a estes níveis?**

**JS** – Sim, acredito, como é evidente, que o país precisa de dar um grande salto estrutural nessa matéria. A descentralização de competências é um primeiro passo mas o que o país precisa verdadeiramente é de uma regionalização a sério. Quanto mais o poder está próximo das populações mais capaz é de dar uma resposta mais adequada. Quem não vive a realidade deste tipo de territórios não se apercebe de determinadas realidades... Nós já temos, na área da educação, desde 2008, um protocolo com o Ministério da Educação, em que assumimos a esmagadora maioria das competências, desde os transportes, alimentação, funcionários e assistentes operacionais das escolas e, nessa área, para nós, não haverá grandes novidades com grandes benefícios em termos de respostas. E as entidades que mais ganharam com este protocolo foram a comunidade local e o Ministério da Educação porque reestruturámos toda a rede escolar, concentrando-a em três grandes agrupamentos de centros escolares e dois polos, diminuimos quase para metade o número de professores e, nesse tipo de despesa, reduzimos substancialmente os encargos do Ministério da Educação. É evidente que gostaríamos também que, neste controlo de contas e de mais-valias, pudesse haver alguma contrapartida para as autarquias porque, de cada vez que passa algum dinheiro do Orçamento de Estado para o orçamento das autarquias, este multiplica-se em termos de valor acrescentado e da satisfação das necessidades das populações.

